

Avaliação semestral ou como “reduzir” de três períodos para quatro os momentos de avaliação

CESÁRIO SILVA

Quando falamos em avaliação semestral, a primeira ideia que nos pode ocorrer é que passamos a fazer em dois momentos (semestres) o que fazíamos, tradicionalmente, em três (períodos).

Na realidade, falar de avaliação semestral e organização do ano letivo em semestres é muito mais do que a mera distribuição administrativa e burocrática do respetivo calendário escolar.

Para além de uma divisão do ano letivo de uma forma mais equilibrada é, sobretudo, o pretexto para repensar todo o ato pedagógico que envolve o ensino, as aprendizagens e os processos e instrumentos de recolha de informação que nos permitam colocar a avaliação ao efetivo serviço das e para as aprendizagens.

A participação do agrupamento no Projeto-Piloto de Inovação Pedagógica (P-PIP), que decorreu entre 2016 a 2019, permitiu que uma das medidas implementadas fosse a da avaliação semestral. Importa registar que o nosso projeto nunca visou a semestralização do currículo, na perspetiva de podermos ter a disciplina A, com o dobro da carga horária semanal, à atribuída para o ano letivo, concentrada apenas num semestre e que, no outro semestre, funcionaria a disciplina B em idênticas condições. Esta é uma das questões que, por vezes, é confundida com a semestralização da avaliação, tendo contornos e análise distinta da que aqui é apresentada.

Assumimos sempre, quando falávamos em avaliação semestral, que estávamos a reduzir a avaliação sumativa de três momentos de avaliação (períodos) para dois (semestres). No entanto, a meio de cada um dos semestres, foram introduzidos os Conselhos de Turma de Avaliação Intercalar, passando a existir na prática não três, mas sim quatro momentos de avaliação, facto pelo qual dizemos muitas vezes que *reduzimos* de três para quatro o número de informações fornecidas às famílias sobre as aprendizagens dos seus educandos.

Desta forma, a abordagem às questões da avaliação foi uma das primeiras alterações introduzidas neste “novo” modelo de funcionamento, passando a ser necessário olhar para a avaliação numa perspetiva muito mais formativa do que sumativa. O enfoque passou a estar colocado nas estratégias de ensino, nos níveis de aprendizagem e desempenho dos alunos e na possibilidade de redesenhar o processo de ensino-aprendizagem sustentado, e, sempre que necessário, na implementação de

medidas de efetiva promoção do sucesso, numa ação conjugada entre os recursos disponíveis no agrupamento, a participação e responsabilização dos alunos e o envolvimento das famílias.

Os Conselhos de Turma de Avaliação Intercalar que, de acordo com o nosso calendário se realizam no primeiro semestre, na primeira semana de novembro, permitem identificar e partilhar, na perspetiva do trabalho docente cada vez mais colaborativo, as metodologias com impactos positivos no contexto de cada uma das turmas, a articulação interdisciplinar e proceder à identificação de alunos relativamente aos quais é necessário aplicar um trabalho de maior proximidade e/ou de reforço das aprendizagens.

No balanço que temos vindo a efetuar, esta é uma das vantagens da organização semestral mais realçada na medida em que, para além da identificação precoce de alunos que necessitem de uma intervenção, a própria implementação das medidas adotadas permite recuperar a tempo parte das dificuldades identificadas, com impacto positivo na avaliação do final do primeiro semestre e, consequentemente, na motivação dos alunos.

No entanto, o processo de semestralização e a aposta numa avaliação de natureza formativa tem exigido de todos nós docentes, um esforço de adaptação, sobretudo, na aplicação de novas formas e instrumentos de recolha de informação relativamente aos quais tem sido necessário clarificar conceitos, atribuir consistência aos instrumentos e intencionalidade exigindo, nalguns aspetos, uma clara rotura com práticas avaliativas ao serviço de processos de classificação e seriação que contribuem muito pouco para a qualidade das aprendizagens dos alunos. Neste domínio, é de realçar a importância da formação docente no âmbito das didáticas específicas, das modalidades de avaliação e ainda do trabalho colaborativo, como estratégia fundamental para promover uma maior interdisciplinaridade e responder aos desafios do Perfil dos Alunos.

Se para os docentes todo este processo de mudança requer tempo e adaptação, também para os alunos as “novas” formas de aprender, mais centradas nos próprios, com o recurso a uma avaliação cada vez mais contínua e sistemática, obriga à realização de aprendizagens mais profundas e contextualizadas, por oposição a aprendizagens de natureza mais superficial e

memorizadas que, ao longo dos anos, serviram um modelo de avaliação centrado, quase exclusivamente, na recolha de informação através de testes de avaliação.

Apraz-nos ainda registar que a maioria dos pais e encarregados de educação reconhecem que este modelo, apesar de mais exigente para os alunos, os prepara melhor, porque aposta na sua autonomia e os responsabiliza mais. Por outro lado, o feedback fornecido nas duas avaliações de natureza descritiva e formativa, a meio dos semestres, novembro e abril, com propostas e sugestões que possibilitem a melhoria das aprendizagens, contribuem também para um maior envolvimento e empenho por parte dos alunos.

Para as direções dos agrupamentos/escolas há também um caminho de aprendizagem a fazer com esta nova organização do ano letivo, nomeadamente, na definição do calendário com as pausas letivas mais equilibradas de forma a proporcionar um tempo de descanso aos alunos e aos docentes, bem como com modalidades de monitorização dos níveis de desempenho dos alunos e acompanhamento das medidas de promoção do sucesso, que devem ser estabelecidas em função de indicadores que se constituam como preditores validados, na definição dessa intervenção.

CESÁRIO SILVA

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MARINHA GRANDE POENTE

A propósito da organização semestral do calendário escolar

CATARINA FERREIRA

HELENA GIL GUERREIRO

A experiência pedagógica de implementação do projeto de autonomia e flexibilidade curricular, no ano escolar de 2017-2018, levou a que o nosso agrupamento, em cooperação com os outros agrupamentos da rede pública do concelho de Odivelas, traçasse o projeto “Repensar o ano letivo como forma de melhorar a aprendizagem dos alunos”. Este projeto surgiu do interesse em promover melhores aprendizagens, com um foco no desenvolvimento de competências, como perspetivado pelo Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. O seu propósito é orientar o processo educativo no sentido de a avaliação ser tomada como parte integrante do ensino e, sobretudo, da aprendizagem, ganhando especial destaque a sua dimensão formativa. O projeto foi autorizado pelo Ministério de Educação e teve início no ano letivo 2018-2019, já enquadrado por um novo referencial jurídico orientado pelos Decretos-Lei n.º 54 e 55/2018.

A operacionalização deste projeto traduziu-se numa organização do calendário em dois semestres, cada um com um momento de avaliação intercalar, diminuindo os momentos de classificação, mas reforçando a monitorização das aprendizagens, em articulação com os encarregados de educação, procurando contribuir para diminuir o impacto da avaliação sumativa ao longo do processo de ensino e aprendizagem. Esta organização traz benefícios, mas também alguns constrangimentos, que aqui pretendemos trazer e discutir.

Este projeto vinculou-nos no agrupamento a compromissos de mudança nos procedimentos com a avaliação, que constituem verdadeiros desafios. Entre esses compromissos estava a diversificação de instrumentos de avaliação, em consonância

com as Aprendizagens Essenciais e o Perfil dos Alunos. O recurso a uma maior variedade de instrumentos de recolha de informação foi ganhando espaço no cenário pedagógico. Listas de verificação de conteúdos são um exemplo de um desses instrumentos adotado por alguns professores. Elaboradas por ano de escolaridade, permitem obter informação privilegiada e sistemática acerca da aprendizagem dos alunos, no sentido de promover a autorregulação das aprendizagens e ajustar as estratégias de ensino, bem como informar os encarregados de educação.

Um outro compromisso envolveu a reestruturação dos processos de regulação do ensino e da aprendizagem, que passou pela reformulação dos critérios de avaliação, desviando o foco dos instrumentos de avaliação para os domínios e identificando indicadores que garantam que todos os alunos adquirem conhecimentos de conteúdos, mas também de capacidades e atitudes em cada disciplina.

Este projeto permitiu assim associar a organização semestral a uma predisposição para a mudança, que já se fazia sentir no nosso agrupamento. A existência de pausas mais frequentes e de apenas dois momentos de avaliação sumativa são identificados como potenciadores do reforço da avaliação formativa. Se por um lado, alivia a pressão sobre um 3.º período, muitas vezes demasiado curto, por outro, proporciona maior disponibilidade para implementar propostas pedagógicas que vão ao encontro da flexibilidade curricular decretada no quadro legislativo em vigor. A organização dos docentes das turmas do 2.º e 3.º ciclos, em equipas educativas, é disso exemplo, pois permite atender, o mais precocemente possível, às necessidades de cada um dos alunos,

PONTOS DE VISTA, REAÇÕES E IDEIAS ...

EDUCAÇÃO E MATEMÁTICA

num contexto de aprendizagem de Diferenciação Pedagógica. No entanto, surgem também constrangimentos que identificamos e que importa discutir em conjunto. Uma avaliação sustentada por uma dimensão essencialmente formativa é contínua e sistemática, o que implica dar um feedback ao aluno, regular e incisivo, sobre o trabalho que vai fazendo, no sentido de que possa identificar onde pode melhorar e o que precisa fazer para que isso aconteça, a partir de uma tomada de consciência do que tem de aprender e dos objetivos da sua aprendizagem. Colocar em prática esta ação requer tempo e formação com base na partilha de práticas e na cooperação entre professores. Reconhecer a importância do feedback, também por parte dos encarregados de educação, implica a construção de um novo entendimento do propósito da avaliação, da avaliação como algo que integra o currículo e que apoia os alunos na sua aprendizagem, o que implica ir além da dimensão normativa e classificativa da avaliação, o ir além da valorização exclusiva dos testes.

Mas ser contínua levanta ainda dúvidas sobre como classificar nos momentos de avaliação sumativa, dúvidas que se amplificam numa organização semestral, pois embora haja mais informação sobre a aprendizagem dos alunos numa perspetiva de avaliação formativa, não é evidente que informação mobilizar nos momentos de classificação. Relativamente aos testes, embora tenham deixado de ser os únicos protagonistas no cenário pedagógico, continuam a prevalecer e a provocar momentos de grande sobrecarga, em determinadas semanas. Uma situação que se agrava, sobretudo, nos anos em que existe uma avaliação sumativa externa.

No que respeita especificamente à Matemática, a redefinição de critérios de avaliação no nosso agrupamento envolveu, sobretudo, garantir o distanciamento dos temas e conteúdos e assegurar o desenvolvimento das capacidades de comunicação e raciocínio matemáticos, a par da resolução de problemas,

concentrando a atenção, no aprender e saber fazer, procurando romper a estreita e redutora relação que critérios de conteúdos e instrumentos de avaliação tradicionalmente mantêm entre si. Para apoiar esta mudança surgiu um Plano de Turma, com suporte numa nova plataforma digital, cujo uso foi generalizado a todos os agrupamentos do concelho. Esta permite associar cada critério de avaliação a diferentes instrumentos, num cruzamento de listas de verificação, tabelas de registo, portefólios, relatórios, testes, entre outros, fazendo convergir essa informação por domínio de aprendizagem em Matemática. Uma plataforma que constitui uma oportunidade, mas também um desafio, na medida em que traz consigo uma resistência, que ainda nos enleia.

Através de um trabalho de aprendizagem que se apoia na diversificação de instrumentos de avaliação e de contextos, persegue-se agora um maior conhecimento das aprendizagens e dos esforços desenvolvidos pelos alunos, bem como dos seus progressos, tendo como suporte uma organização do calendário escolar que nos proporciona um sentimento de menor pressão. Um caminho que nos conduz na prossecução de uma transposição eficaz desta visão menos atomizada do que importa realmente aprender e de uma classificação transparente, com o devido distanciamento do manancial de informação sobre a aprendizagem que a avaliação de natureza formativa gera.

A organização semestral do calendário escolar parece dar espaço e tempo às aprendizagens e a uma mudança de paradigma em termos de avaliação. Uma mudança que, sabemos, não acontece por si mesma, mas que começa a fazer-se. Um caminho que ninguém pode fazer pelo outro, mas apraz-nos saber que, tal como até aqui, não caminhamos sozinhos.

CATARINA FERREIRA

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS BRAAMCAMP FREIRE

HELENA GIL GUERREIRO

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS BRAAMCAMP FREIRE

PUBLICAÇÕES APM



PONTOS DE VISTA, REAÇÕES E IDEIAS ...

JANEIRO :: FEVEREIRO :: MARÇO

#155